

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL

THE JOB OF THE SOCIAL WORKER IN THE MANAGEMENT OF THE UNIFIED HEALTH SYSTEM IN RIO GRANDE DO SUL

Cândida Kirst BERGMANN* 

Paulo Antônio Barros OLIVEIRA** 

Resumo: Este artigo analisa o estudo desenvolvido referente ao trabalho do assistente social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio Grande do Sul como forma de compreender e desvelar o campo da gestão em Saúde para o assistente social. Objetivou identificar a relação entre o trabalho do assistente social, o projeto ético-político da profissão e as atribuições para a gestão no SUS. O estudo é de natureza qualitativa. A investigação ocorreu na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, com assistentes sociais vinculadas à gestão. Como resultado, foi identificada, nas falas dos sujeitos e na reflexão com os autores, uma análise crítica da realidade observada, que remete à importância da inserção do assistente social na gestão do SUS no Rio Grande do Sul e de suas habilidades e competências para estar nesse espaço como processo de inserção profissional reafirmando a identificação desses assistentes sociais.

Palavras-chave: Trabalho do assistente social. Gestão em Saúde. Habilidades e competência profissional.

Abstract: This paper analyses the study developed regarding the job of the social worker in the management of the Unified Health System (SUS) in Rio Grande do Sul as a way to unravel the field of Health Management for the social worker. It had as a goal to identify the relation between the job of the social worker, the ethical-political project of the profession, and the attributions for the management in SUS. The study is qualitative in nature. The investigation happened at the Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (State Department of Health of Rio Grande do Sul), with social workers linked to the administration. As a result, it was found in the speech of the subjects and in the reflection with the authors, a critical analysis of the observed reality, which points to the importance of the insertion of the social worker in the management of SUS in Rio Grande do Sul and their skills and competences to be in this space as a process of professional insertion reassuring the identity of these social workers.

Keywords: The job of the social worker. Health Management. Professional skills and competencies.

Submetido em 24/05/2021. Aceito em 21/03/2023.

* Mestre em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Servidora pública, atua como Assistente Social na Secretaria Estadual da Saúde - SES/RS. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade São Francisco de Assis – UNIFIN/RS. E-mail: candida-kirst@saude.rs.gov.br

**Médico do Trabalho; Doutor em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social, vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS, Professor Adjunto de Medicina Social do PPG Epidemiologia, DMS/FAMED da UFRGS – Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: pbarros@ufrgs.br



Introdução

O trabalho do assistente social tem sido apresentado em vários estudos científicos com o intuito de identificar essa profissão e sua inserção nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais. Como contexto, observa-se um mundo do trabalho que tem sofrido constantes transformações em função da conjuntura política e perversa do capitalismo, sistema que busca minimizar os gastos e aumentar os lucros.

A leitura da prática profissional no caso específico do setor público gaúcho estadual acaba sendo atrelada, por exemplo, a dificuldades enfrentadas no cotidiano institucional, principalmente nos aspectos políticos que permeiam tal contexto, o espaço do poder e as relações sociais. Nesse sentido, tais dimensões são entendidas como fatores limitantes ao exercício profissional.

O assistente social que está vinculado à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio Grande do Sul (RS) se apresenta no exercício profissional desenvolvendo competências teórico-metodológicas, políticas e técnico-operativas. Essas competências são plantadas durante todo o processo de formação e são fortalecidas no cotidiano de atuação do profissional. Por esse motivo, pode-se dizer que a identidade do assistente social será construída diante de seu processo de trabalho e se revelará como histórica a partir das vivências constituídas na práxis.

Este artigo se baseia na pesquisa realizada no trabalho de mestrado intitulado (informação omitida). Teve como campo a Secretaria Estadual da Saúde do RS e como amostra os assistentes sociais vinculados à gestão do SUS. O estudo busca refletir sobre as características, competências e habilidades desses profissionais para inserção nesse campo de atuação.

1. O Assistente Social na gestão do Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul

Pensar sobre o agir profissional do assistente social no campo da gestão em Saúde é algo de significativa relevância, pois trata-se de um espaço que abriga há muito tempo a profissão e que nos desafia até hoje a identificar as características desse processo de trabalho. Observa-se, por exemplo, que tal processo está vinculado à “construção da identidade profissional, o que traz em si uma forte carga com relação à questão social¹. Esta se apresenta como imbricada em largo cunho ideológico, diverso e, por vezes, difuso” (CARVALHO, 2015, p. 57).

A forma como se percebe o processo de trabalho e a identidade profissional está associada a fatores onde se desenvolvem as competências teórico-metodológicas, políticas e técnico-operativas. Essas competências são plantadas durante o processo de formação. Por esse motivo, a identidade do assistente social será construída diante de seu processo de trabalho e se revelará como histórica a partir das vivências constituídas na práxis.

¹ A questão social pode ser definida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 1999 *apud* CARVALHO, 2015, p. 55).

A práxis da qual nos referimos está caracterizada como o movimento de pensar e realizar/fazer, no caso, o Serviço Social. Devemos ter por certo que essa práxis direciona a pensar tanto em identidade como em exercício profissional. Temos, assim, que a identidade profissional destaca as características que norteiam uma categoria profissional e que o exercício profissional caracteriza o movimento externo da profissão. (CARVALHO, 2015, p. 57).

Outro aspecto relevante, segundo Yamamoto (2000 *apud* CARVALHO, 2015, p. 55), é que “o Serviço Social traduz na contemporaneidade um momento de crescimento e expansão do espaço de mercado de trabalho especializado.” No que diz respeito à gestão em Saúde, pode-se dizer, ainda, que a aérea

[...] se configura como um novo espaço profissional, que se assume em sua exigência, prima para a composição de processos de trabalho específicos, resultando daí uma qualificação cada vez maior de seus gestores. A formação traduz-se, portanto, como fator determinante para a construção e desenvolvimento deste novo espaço. Por outro lado, vemos a redução do financiamento das Políticas Públicas, com seus rebatimentos, direto na esfera de atuação do gestor, que terá como desafio administrar o mínimo para a população demandante. (CARVALHO, 2015, p. 55).

Portanto, é necessário buscar certa consistência para a ação na teoria, o que “garante qualidade interventiva e contribui para reforçar a legitimidade da profissão” (COUTO, 2009, p. 6). Conforme Yamamoto (2001, p. 144):

orientar o trabalho profissional no rumo aludido requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo.

Com base nessa contextualização, o Quadro 1 reforça a hipótese de que a construção dessa práxis leva ao pensar sobre o exercício profissional e sua interface com a formação recebida, o que é expresso pelas entrevistadas. Mesmo com diferentes campos de formação e intervalos bastante distintos em relação ao tempo de formação, para as participantes a temática da gestão foi pouco aprofundada, deixando um vazio teórico relevante.

Quadro 1 – A formação e a sua contribuição na gestão

Destaques das entrevistas	Considerações dos pesquisadores
[...] tive uma formação muito boa, muito crítica, muito qualificada... A formação ainda não dá conta; ela ainda não deu conta dessa dimensão que é a gestão [...]	Um das questões que foi fortemente pontuada pelos entrevistados é que a formação em Serviço Social habilita os profissionais a atuar na gestão e os ensina que se trata de uma das profissões que consegue fazer a interlocução entre a situação social dos usuários, suas necessidades e o que a Política Pública pode fazer para melhor atender as pessoas. Um dos aspectos destacados é que os entrevistados apontam ter uma formação de qualidade. Na amostra, há profissionais de cinco instituições diferentes. Porém, torna-se relevante destacar que mesmo tendo uma formação adequada os participantes salientam que poderia ter sido mais aprofundada a temática da gestão.
[...] vim me preparando pra gestão ao longo da minha carreira, além da formação, que não era uma formação sólida pra isso, era muito pouco [...]	
[...] habilita, sim, pra gente se inserir e ter um entendimento de como funciona a interface entre os usuários e esse espaço de políticas públicas. Tem que se qualificar de uma forma específica na área que a gente está atuando. Ele [o curso] é generalista, então ele nos habilita a trabalhar em várias áreas, buscar a especificidade, fazer essa caminhada externa [...]	
[...] [A formação ajuda a] ter um pensamento em relação à realidade e à organização da realidade, e depois as disciplinas mais práticas. A gente aprende mais sobre a gestão da política pública quando ocupa um espaço e tá convocado pra aquela tarefa. Foi depois, na vida mesmo, no trabalho, que eu acabei aprendendo mais sobre a gestão até do que na academia [...]	
[...] acho que a formação não nos prepara para trabalhar na gestão, mas acho que durante a formação a gente lê muito sobre políticas públicas e como funcionam, então a gente acaba trabalhando a política pública e acaba até fazendo, né, participando [...]	
[...] os estágios que vão fazer a gente percorrer um pouquinho mais a teoria e ir à prática. Acho que [...] a graduação introduz bastante e fala bastante do SUS e acho que fala muito do SUS, mas acho que fala muito pouco da gestão. Tu vai aprendendo mais na prática [...]	
[...] a nossa formação nos traz um conhecimento muito amplo. Ela te abre muitas possibilidades, porque toda nossa formação é voltada para o ser humano [...]	
[...] acho, assim, que o Serviço Social pode trabalhar na gestão, mas eu melhoraria lá na disciplina da faculdade um pouco, pra dar conta disso de uma forma menos sofrida [...]	

Fonte: elaborado pelos autores.

A visão dos assistentes sociais sobre a sua própria atuação profissional no setor público gaúcho estadual, embora mostre as contradições aí presentes, demarcadas pela crise de identidade, está acompanhada de muitas outras incoerências. Destacam-se, principalmente, aquelas que impõem aos profissionais a própria crise de identidade institucional, que atravessa a maioria das instituições do Governo e, particularmente, as estudadas.

Na construção dessa identidade profissional, foi possível identificar, ao longo da pesquisa, as habilidades destacadas pelas entrevistadas e que garantem sua inserção profissional, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Habilidades destacadas pelos entrevistados para a profissão no espaço de gestão

Destaques das entrevistas	Considerações dos pesquisadores
Acho que pra ser assistente social tem que ter muitas habilidades. [Alguns] têm dificuldade de reconhecer nosso objeto de trabalho. Na gestão é diferente desse trabalho de você fazer trabalho direto com o usuário. [É necessário ter] habilidade de comunicação, de mediação, articulação, conhecimento de políticas, de financiamento... Então é uma abordagem muito ampliada.	Durante a pesquisa, uma das habilidades destacadas pelos entrevistados para a profissão no espaço de gestão foi a capacidade crítica/reflexiva para compreender o objeto de trabalho. Além disso, os participantes ressaltaram as habilidades de comunicação, mediação, articulação, liderança, discernimento e escuta. Também foram citados a defesa e a luta por direitos, a articulação política para proceder encaminhamentos técnico-operacionais, a sensibilidade, o conhecimento teórico, a capacidade de mobilização e a organização. Devido a essa experiência, fica clara, ao longo da pesquisa, a competência para a intervenção desse profissional na gestão e na efetiva construção e defesa do SUS.
[...] [os assistentes sociais] têm que estar motivados [...]	
[...] habilidade de ser interlocutora entre os departamentos, buscando novas estratégias pra conseguir fazer valer o conhecimento do Serviço Social, atenta a defender os direitos e a lutar pelos direitos, então, a habilidade de discutir situações com outros colegas [...]	
[...] liderança que eu exerço hoje. Saber fazer as mediações [...]	
[...] uma coisa que a gente aprende no Serviço Social é se colocar no papel do outro. Ter essa visão mais global [...]	
[...] a gente traz uma outra proposta de trabalho muito voltada pros determinantes sociais. A gente tem a capacidade de trazer essas desigualdades, também, como importantes pra área da saúde, como fator de adoecimento. Traz essa clínica ampliada e acho que o trabalho em equipe multiprofissional [...]	
[...] uma habilidade é poder fazer o movimento pra além do seu lugar de técnico, de saber específico, e conseguir se deslocar um pouco desse espaço e fazer um olhar mais ampliado. Habilidade de compreender, que vai pra além das relações, que vai pra um conhecimento técnico específico, duro da legislação. Discernimento, ter uma proatividade. Pensar propostas que venham ao encontro de atender as necessidades dos usuários daquele serviço, pensar propostas [...]	
[...] arcabouço de conhecimento e estruturação do pensamento em relação à realidade social é muito importante. [...] o vínculo teórico-prático tu vai fazendo a partir da trajetória, mas se tu tem a parte teórico-político-ontológica, isso te ajuda muito [...]	
[...] formular a política pública, quanto para avaliar. E no processo de gestão pra tomada de decisão [...]	
Ética. Um olhar pro todo. A gente traz muito a realidade. Nossa profissão traz muito a realidade, né, nossa prática.	
A nossa escuta é uma escuta muito qualificada e é uma escuta diferente da de outras profissões. A gente tem ainda outra coisa que eu acho que é muito legal: como a gente conhece muito e conhece o todo, a gente é a única profissão que entende pra onde vamos [...]	
[...] de conhecer profundamente aquilo de onde ele tá inserido. O profissional muito engajado, muito querendo fazer a diferença dentro do seu trabalho.	
[...] então o Serviço Social tá em qualquer espaço profissional, principalmente na gestão. [...] [É importante] ter uma visão mais ampla.	
Acho que esse campo da gestão se transformou e acho que os assistentes sociais transformaram ele também.	
[...] de uma habilidade a mais, de mediação. O espaço de gestão é um espaço realmente fundamental pro assistente social, onde ele ganha poder, onde ele pode expressar o conjunto das necessidades de uma população e pensar de uma forma diferente daquele formulador que não conhece absolutamente nada da área pública que está formulando.	
[...] a gente consegue contribuir bastante com nosso olhar mais sistemático, mais do todo.	
[...] eu acho que quanto mais o assistente social tivesse dentro da gestão, ia ser um avanço muito grande pras políticas sociais.	

Fonte: elaborado pelos autores.

Por constituir-se, também, como uma resposta à crise de identidade do profissional no setor

público, a busca por atribuir à prática profissional uma nova qualidade, apontando novos rumos tanto na análise teórica da sociedade e da profissão, em consonância com o movimento histórico concreto da sociedade (IAMAMOTO, 1992), é uma obrigação neste fim de milênio. Entende-se que as reflexões sistemática e crítica e o trânsito possível do assistente social entre a teoria e a prática lhe atribuem outra competência, possibilitando uma interpretação ou (re)interpretação necessária da identidade profissional em cada contexto histórico.

A “identidade configura-se como uma forma de conhecer a profissão”, de resistência, “refletindo sobre a sua natureza e particularidades históricas, uma vez que esta é um produto histórico, logo, adquire sentido e compreensibilidade no curso da sociedade da qual é parte e expressão” (SANTOS; BERWIG, 2019, p. 9).

Sob o ponto de vista dialético, a identidade é uma categoria sócio-histórica que pulsa com o tempo e com o movimento a partir de determinações políticas, sociais, econômicas, históricas, culturais. Como categoria ético-política, cujo corolário natural é a consciência, a identidade constrói-se no fértil terreno da diferença, no interior de relações sociais antagônicas. (MARTINELLI, 2013, p. 145).

Portanto, quanto à identidade profissional, é importante que ela seja “desvendada dialeticamente, levando em consideração as relações de estruturas, conjuntura e cotidiano que redimensionam e determinam formas de acesso à interpretação de determinações da realidade que compõem os elementos constitutivos da formulação de uma identidade” (SANTOS; BERWIG, 2019, p. 9). Nesse contexto, “a pergunta pela identidade é uma pergunta de natureza ontológica que remete a pensar não apenas no que as profissões são, mas como aparecem socialmente e como participam do processo de reprodução social” (MARTINELLI, 2013, p. 151).

A leitura da prática profissional no setor público gaúcho estadual acaba sendo atrelada às dificuldades enfrentadas no cotidiano institucional, principalmente nos aspectos políticos que permeiam tal contexto. Nesse sentido, são entendidas como fatores limitantes ao exercício profissional.

Portanto, o assistente social, para driblar essas dificuldades, deve agir de forma crítica, política e proativa, observando os limites e as possibilidades de sua práxis transformadora dentro da instituição, buscando esclarecer e garantir os direitos dos usuários nas políticas públicas, não reproduzindo o corporativismo (sistema político de proteção dos interesses de segmentos da sociedade, de alguns grupos em detrimento de outros), mas mantendo uma apreensão instrumentalizada dos processos sociais, observando a perspectiva de totalidade e promovendo a justiça social. Referentemente a isso, o Quadro 3 apresenta os desafios apontados pelos assistentes sociais na gestão do SUS.

Quadro 3 – Os desafios apontados pelos assistentes sociais na gestão do SUS

Destaques das entrevistas	Considerações dos pesquisadores
Mas quando o objeto de trabalho é outro, eu vejo mais dificuldade, porque aí o pessoal pensa que o assistente social não daria conta. Por exemplo, agora no COVID, eu fui fazendo meu lugar pra eu me inserir, eu não fui pensada já pro grupo de frente.	Ao fim da análise, com base na leitura da práxis profissional dos assistentes sociais desta pesquisa, é impossível não destacar que o espaço de gestão apresenta muitos desafios. Entre os desafios evidenciados na pesquisa estão: a pouca credibilidade referentemente à profissão, principalmente na gestão de uma política de saúde, a falta de autonomia e a questão política partidária, que muito burocratiza e tarda as decisões para construção ou viabilização das políticas públicas.
[...] trabalhar de forma interdisciplinar [...], questões políticas que envolvem a tua gestão. No momento que tu consegue ter uma congruência dentro de uma equipe, que todo mundo fala com o mesmo objetivo, que não é o “eu”, mas que é o usuário. É todo mundo falando no mesmo tom, com o mesmo objetivo, daí tudo passa.	
Podemos identificar que o Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal e que tem certa autonomia para a organização e execução do seu trabalho. Sua intervenção é atravessada por um empregador.	
[...] falta de autonomia. É muito moroso tudo.	
Acho que a Saúde como um todo [...] ainda é voltada pra uma formação da Medicina e da Enfermagem, né? Então mesmo [...] tendo um <i>hall</i> de profissões que compõem o campo da Saúde, a gente ainda percebe essa restrição na prática.	
[...] eles são burocráticos... Depende do desejo da agenda política, assim que a gente pode falar. E depende dessa agenda política, ou seja, o entendimento do gestor máster sobre o direcionamento da proposição daquela política a qual está se implantando. São movimentos bem difíceis e, bom, aí depois que já fez a sensibilização do gestor, que já tem adesão, que já tem uma legislação que embasa aquele fazer e já tem o aceite dos usuários, aí é só dia a dia do trabalho.	
[...] a questão partidária do Estado. A gente não consegue vencer, uma dificuldade sobre a partidarização. Não quer resolver o que é competência do Estado na vida do cidadão. E isso é muito difícil pro assistente social, porque, na verdade, a cada vez que troca alguém, troca uma chefia, tu começa praticamente tudo do zero. O Estado é a força de trabalho do servidor público, mas isso fica muito diluído porque o servidor público é muito desempoderado.	
As relações de poder gritam na gestão [...]. As pessoas que trabalhavam naquele setor eram pessoas muito duras, muito rígidas, sabe? Nossa, até pro abraço, e isso foi uma coisa que eu senti muito. Eu não sei se isso é fruto da gestão ou se é fruto do serviço público.	
[...] é preciso, sim, ter um conhecimento maior, macro, e acho que o mais difícil é a gestão financeira e a contabilidade pública.	
[...] como assistente social, [sou] pouco reconhecido. [...] Ainda me surpreendo, apesar desses vinte anos de gestão no SUS, com o pouco reconhecimento. Mas também acho que isso é um pouco nosso, da gente não se colocar tanto quanto assistente social. Então aqui dentro de todos os espaços em que eu tô inserida, eu sempre tento colocar assim “mas eu sou assistente social”. Obrigada por tá me dando essa oportunidade de tá qualificando minha formação.	

Fonte: elaborado pelos autores.

Para atender a essas dificuldades, é preciso que o assistente social, em um primeiro plano, procure o desvelamento do espaço político, que é o pressuposto para compreendê-lo essencialmente enquanto espaço do poder e das relações sociais, potencializando-o. Nesse sentido, como na concepção de Maquiavel, por ser “[...] a política [...] a arte do possível, é a arte da realidade que pode ser efetivada” (GRUPPI, 1980, p. 11).

Como possibilidade, ainda, a política “[...] não é teoria, mas supõe um conhecimento teórico capaz de embasá-la” (NETTO *et al.*, 1996, p. 28). Por permear todas as relações, a política é essencial e, também, condição para a compreensão do contexto da prática profissional, sendo necessário entendê-la como uma prática social e, por isso, como um ato teleológico, que deve buscar o compromisso com a transformação social, porque “[...] o papel desempenhado pelo assistente social não se dá num processo de mudança por si mesmo, mas num domínio mais amplo. Domínio do qual a mudança é uma das dimensões” (FREIRE, 1971, p. 4). Em um segundo plano, portanto, é preciso ter a consciência não só das dimensões ética, política, de mudança e educativa da profissão, mas de suas possibilidades. Nesse sentido, neste capítulo apenas se procuram delinear algumas questões presentes nessas dimensões e que complementam as já apresentadas.

Cabe lembrar que a Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993 (BRASIL, 1993, art. 5), coloca como atribuições privativas do assistente social, dentre outras: “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social” e “planejar, organizar e administrar programas e projetos [...]”.

Por outro lado, parece importante observar que se essa profissão se caracteriza como uma forma de intervenção ideológica na vida da população a quem atende, conseqüentemente, tem reflexos que são essencialmente políticos. Ao afilar-se a articulação entre a profissão e a política, permite-se ao assistente social, instrumentalizado e voltado para uma nova prática, afirmar-se como educador político, “[...] contribuindo para encurtar distâncias entre a realidade percebida e aquela efetivamente vivida pelos grupos com que trabalha, reduzindo defasagens entre a mistificação do real e o próprio real, entre o desejável e o possível” (IAMAMOTO, 1992, p. 112).

Referentemente à atividade do assistente social na gestão do SUS, o Quadro 4 demonstra um recorte dos principais aspectos apontados como resultados.

Quadro 4 – Assistente social na gestão do SUS no RS

Destques das entrevistas	Considerações dos pesquisadores
[...] a atuação na gestão foi a partir da prática.	<p>A atuação do assistente social na gestão é vista pelos pesquisados como um espaço profissional de importante inserção, onde as habilidades e competências exercidas pela profissão tornam-se um diferencial, algo destacado fortemente em várias falas, pois se apresenta intrínseco, a categoria de totalidade.</p> <p>A totalidade é entendida não como a reunião de todos os fatos, mas como uma unidade dialética, um todo articulado e interconectado. “Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 2002, p. 44)</p>
[...] compreender os processos que se organizam a partir de um olhar ampliado, de um micro pro macro, e fazer essa volta do macro pro micro que o Serviço Social nos possibilita. Olhar o sujeito dentro do seu espaço, dentro do seu contexto social a partir das políticas, como ele acessa o seu direito a partir das políticas, e poder entender as políticas [...]	
[...] o Serviço Social nos habilita a ter esse <i>feeling</i> , pra ter esse olhar mais abrangente, mais integralista.	
[...] a vigilância foi onde me faltou o conhecimento. Eu fui adquirindo ao longo do tempo. No começo foi bem difícil [...]	
[...] levei um tempo pra conseguir me adaptar, conhecer. Daí eu fiz a especialização e fui aprendendo a trabalhar com isso.	
[...] aqui dentro a gente acaba fazendo uma diferença sempre que a gente tá atuando numa situação. A parte do Serviço Social acaba aparecendo.	
[...] a gente já discutia essas questões do Serviço Social na gestão e ao mesmo tempo a gente via pouca representatividade.	
[...] acredito que tenha muito espaço e acho que o Serviço Social pode crescer mais dentro da gestão. Ele tem muita qualificação pra isso...	

Fonte: elaborado pelos autores.

Outro aspecto a ser reforçado é que a gestão no trabalho do assistente social é reconhecida e ratificada como competência e atribuição profissional na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993), no Código de Ética do Assistente Social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011) e nas Diretrizes Curriculares da formação profissional no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1997), quando são estabelecidas as competências e habilidades técnico-operativas para o trabalho profissional. Contudo, a partir dos dados levantados na pesquisa, claramente a prática nesses espaços de gestão no dia a dia do trabalho e os desafios aos quais os profissionais são expostos desafiam e reinventam a profissão, que sempre retoma seu compromisso ético-político.

As crises de identidade institucional não são ocasionais; são processos, mudanças, disputas ideológicas, distorções e até mesmo erros ao longo da história das instituições, que foram alterando o “fazer constituído”, o “a quem atender”, a ponto de se fragilizarem como espaços de referência às demandas sociais concretas. E o pior é que muitas delas foram incapazes de reconstruir suas identidades de forma coletiva, como meio de, assim, aproximarem sua imagem de seus reais objetivos e finalidades.

Os assistentes sociais entrevistados tratam das possibilidades do espaço profissional no setor público e de sua contribuição para esse contexto em mudança, enquanto estratégias técnico-políticas perfeitamente articuláveis no campo dessas dimensões. Como uma das dimensões da profissão, encontra-se a educação. Nesse caso, entende-se a educação como um processo pelo qual o indivíduo adquire novos

valores, constrói sua experiência e aumenta o grau de compreensão, tanto de si próprio quanto da realidade em que vive.

A instrumentalidade no Serviço Social desponta como a articulação do vetor teórico da profissão (método dialético-crítico) com os instrumentos de trabalho utilizados com finalidade política, perfazendo a intervenção propriamente dita, aplicada em determinada realidade concreta por intermédio de sucessivas aproximações. Traz à tona barreiras que perpassam as relações cotidianas dos usuários, questões aparentemente singulares, mas que também são de natureza universal, destacando-se que “[...] é na relação entre a universalidade e a singularidade que se torna possível apreender as particularidades de uma determinada situação” (SOUSA, 2008, p. 123). Por isso, se torna difícil delimitar uma intervenção profissional definitiva, visto que a realidade desvendada está condicionada a fatores sócio-históricos, logo são inúmeras as possibilidades de intervenção profissional (SOUSA, 2008).

Se o processo educacional “[...] ocorre em todos os momentos da vida de um indivíduo em contato com o mundo que o rodeia” (MOTA *et al.*, 2007, p. 28), então poderá acontecer a aquisição de novos conhecimentos de forma também assistemática, através de conversas, leituras, atividades culturais, experiências de trabalho ou mesmo de experiências políticas. É sob essa perspectiva que ocorre a prática educativa do assistente social, na medida em que sua ação incide tanto sobre o modo de viver quanto sobre o de pensar da população que por ele é atendida. O assistente social “[...] exerce uma ação eminentemente ‘educativa’, ‘organizativa’, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade” (IAMAMOTO, 1992, p. 40)

Considerações Finais

Partindo das discussões apresentadas neste artigo, cujo objeto de estudo foi o trabalho dos profissionais assistentes sociais e suas particularidades no espaço da gestão do SUS, se utilizando de habilidades e competências estabelecidas na formação e as atribuições exigidas pelo SUS, pode-se dizer que as assistentes sociais que participaram da pesquisa demonstraram estar imersas na profissão, o que contribuiu imensamente para a potencialidade das discussões e privilegiou o estudo com riqueza de conteúdo. Porém, em face da imensa quantidade de dados e infinitas reflexões, foi necessário realizar um recorte nas análises, pois muitas reflexões poderiam ser aprofundadas. Portanto, o ponto de corte desta análise que ficou intimamente vinculada ao processo de trabalho exposto é a competência do assistente social para exercício profissional na gestão do SUS no RS.

Está no cotidiano do fazer profissional dos assistentes sociais a gestão, que aponta novos rumos que se abrem para a atualização de suas competências, com a constante potencialização de ações através do fazer profissional crítico sob as bases teórica, metodológica e operativa da profissão, tendo sempre como base ideo-política seu projeto ético-político.

Ao realizar as análises dos dados à luz da teoria e ao desvelá-las, algumas reflexões consolidaram

ainda mais a perspectiva da importância da inserção do trabalho do assistente social na gestão do SUS no RS. Evidenciamos alguns pontos marcantes desse profissional e sua ascensão dentro da gestão, identificamos cargos importantes sendo ocupados, que deram destaque à profissão, observamos a conquista desses espaços, o que ajudou a consolidar a profissão, e, ainda, visualizamos os desafios enfrentado. Nesse contexto, percebemos a necessidade de sempre reforçar a indispensabilidade de compor esse espaço profissional e consolidar a atuação do assistente social na gestão.

Ressalta-se também que, no decorrer da pesquisa, a questão da formação em Serviço Social foi identificada como de grande relevância, pois trouxe as ferramentas necessárias para o processo de amadurecimento e a tomada de consciência do profissional. Em contrapartida, também deixou algumas lacunas, principalmente na questão da temática relativa à gestão. Por isso, observou-se uma necessidade enorme por parte dos profissionais de buscar formações complementares para qualificar sua ação profissional.

Nessa ação profissional, a práxis à qual se refere está caracterizada como o movimento de pensar e realizar/fazer, no caso, o Serviço Social. Na construção da práxis o conhecimento é transformador da realidade. O estudo procurou mostrar que os assistentes sociais não podem ser indivíduos passivos diante da realidade, reprodutores alienados das relações sociais de dominação e exploração da classe trabalhadora, agentes da dominação do mundo das aparências gerado pelo capital. Na gestão pública isso precisa ser constantemente fomentado, pois o mecanismo público é gerador de alienação.

Romper o processo alienante e preservar a identidade profissional é fundamental nas relações de trabalho do assistente social, não somente no campo da Saúde, mas também através da sua identificação com o núcleo profissional ao qual pertence. Por mais desafiador que seja, o rumo do projeto ético-político da profissão é a todo momento retomado. Além disso, como as áreas estão imersas umas nas outras e como o campo e o núcleo de saberes dos assistentes sociais estão se revelando em meio a seu processo de trabalho e seu espaço profissional na gestão em Saúde, isso garante sempre sua afirmação profissional. Esse percurso nem sempre é simples e confortável. Muitas vezes o caminho é dinâmico e desafiador, pois a luta se dá também em um processo alienante do fazer profissional, o que ficou expresso em vários depoimentos.

“O processo de trabalho do assistente social está diretamente ligado à construção da identidade profissional, o que traz em si uma forte carga com relação à questão social” (CARVALHO, 2015, p. 57), que pode ser definida como:

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999 *apud* CARVALHO, 2015, p. 55).

No que diz respeito à essa questão social, pode-se dizer que:

[...] se apresenta como imbricada em largo cunho ideológico, diverso e, por vezes, difuso.

A forma como se percebe o processo de trabalho e a identidade profissional está associada a fatores onde se desenvolvem as competências teórico-metodológicas, políticas e técnico-operativas. Essas competências são plantadas durante o processo de formação. Por esse motivo, a identidade do assistente social será construída diante de seu processo de trabalho e se revelará como histórica a partir das vivências constituídas na práxis. (CARVALHO, 2015, p. 57).

De acordo com Iamamoto (2000 *apud* CARVALHO, 2015, p. 55), “o Serviço Social traduz na contemporaneidade um momento de crescimento e expansão do espaço de mercado de trabalho especializado”. Além disso,

A Gestão em Saúde se configura como um novo espaço profissional, que se assume em sua exigência, prima para a composição de processos de trabalho específicos, resultando daí uma qualificação cada vez maior de seus gestores. A formação traduz-se, portanto, como fator determinante para a construção e desenvolvimento deste novo espaço. Por outro lado, vemos a redução do financiamento das Políticas Públicas, com seus rebatimentos, direto na esfera de atuação do gestor, que terá como desafio administrar o mínimo para a população demandante. (CARVALHO, 2015, p. 55).

Cabe ao assistente social buscar sempre agir politicamente no intuito de conquistar espaços para participação e controle social democrático em prol da conquista de direitos, visando romper com a ideia do profissional conservador meramente executivo. É fundamental que adote uma práxis propositiva, crítica e transformadora da realidade, concretizada mediante a denúncia constante das desigualdades, buscando assegurar direitos e ampliar espaços que permitam à classe trabalhadora movimentar-se rumo à emancipação.

Diante da realidade que se apresenta na gestão do SUS e do desmonte das Políticas Públicas vivido constantemente no momento histórico, podemos identificar a intervenção e a responsabilidade do Estado cada vez menos presentes. Podemos explicar a indignação dos assistentes sociais trazendo Montañó (2002) como interlocutor. Segundo o autor, o desmonte das Políticas Públicas e a reforma do Estado são consideradas e percebidas principalmente na gerência dos serviços, que é delegada à sociedade e recai especialmente nos processos de trabalho do Serviço Social da gestão.

A pesquisa realizada demonstra a importância da inserção do assistente social na gestão e sua competência para estar neste espaço, contudo torna-se relevante analisar a inserção de assistentes sociais em novos espaços profissionais (novos campos), o que aprimora a perspectiva tanto da competência teórico-metodológica quanto da inserção no mercado de trabalho para a categoria. Essa dinâmica amplia as possibilidades teórico-práticas e ideopolíticas, de forma a reafirmar a identificação desses assistentes sociais com o núcleo profissional ao qual pertencem.

Concluindo essa reflexão, é importante expressar, ao fim deste trabalho, o grande desafio imposto durante sua realização, que foi trabalhar na gestão da Saúde do SUS no RS em plena pandemia do COVID e realizar esta pesquisa. Para os pesquisadores e pesquisados esse período está sendo um dos maiores desafios de suas carreiras. A pandemia, ocasionou mudanças muito expressivas de demandas e processos de trabalho, mesmo para quem não realizou atividades como profissionais com atuação direta. A Secretaria

Estadual da Saúde do RS está encarregada do enfretamento dessa doença, da elaboração de protocolos, diretrizes e contratação de serviços e, ainda, da regulação de leitos, entre outras ações, com muitas dificuldades.

Novamente, o código de ética profissional e as diretrizes profissionais deram força e coragem aos assistentes sociais no uso de sua expertise. O desafio ainda não terminou, as vidas perdidas serão para sempre lembradas, contudo, o profissional assistente social demonstrou seu compromisso e sua humanidade. Isso só reafirma a importância da continuidade do aprofundamento de estudos que possam apoiar rearranjos de competências técnicas, políticas e operacionais, caracterizadas como investimentos na formação complementar, para qualificar novas competências na esfera da gestão do SUS, dando seguimento e relevância à atuação do assistente social na gestão do SUS no RS.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 18 abr. 2021.

CARVALHO, J. A. **Processo de trabalho do assistente social na gestão em Saúde: uma análise no Município de Fortaleza**. 2015. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: http://www.uece.br/mass/dmdocuments/dissertacao_completa_jessica.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social / Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

COUTO, B. R. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 755-768.

FREIRE, P. **O papel do assistente social no processo de mudança**. Tradução Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre: PUCRS, 1971. Tradução realizada com autorização da revista “Hoy en el Servicio Social” e não publicada.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

MARTINELLI, M. L. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de

análise. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 145-155, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8639491>. Acesso em: 19 jun. de 2019.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14066>. Acesso em: 10 jun. de 2019.

MOTA, A. E. *et al.* **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

NETTO, J. P. *et al.* Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, 1996.

SANTOS, A. C. V.; BERWIG, S. E. Reflexões sobre as competências e a identidade profissional do Serviço Social. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2019. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2019/artigo/68.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

Contribuições dos autores:

Cândida Kirst Bergmann: Autor.

Paulo Antônio Barros Oliveira: Coautor.
